Plinio Villares Musetti

Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patricia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Diretor de Opinião: Ruy Mesquita Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour

Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco Editora-Chefe de Conteúdos Digitais: Claudia Belfort Diretor do Núcleo Publicações: Ilan Kow Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi

Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard Diretor de Mercado Anunciante: Rogério Gabriel Comprido Diretor Financeiro: Jorge Casmerides Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br

A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O fim da CPI deles



Acabou em farsa, como se esperava, a CPI do Cachoeira, criada "oficialmente" para apurar os negócios do bicheiro Carlos Augusto Ramos com

políticos, autoridades e empresários. A maioria governista de deputados e senadores bloqueou a tentativa da oposição de prorrogar a investigação por seis meses para dar tempo à eventual aprovação de pelo menos 500 pedidos de convocação de depoentes e de quebras de sigilos bancário, telefônico e fiscal. A farsa está na decisão, referendada por mais de 250 parlamentares das duas Casas do Congresso, de prorrogar, sim, o inquérito, mas por ridículos 48 dias, até o início do recesso de verão, em 22 de dezembro. E só para que o deputado Odair Cunha, do PT de Minas Gerais, apresente o relatório final com as conclusões do inquérito iniciado em maio - o que ele pretende fazer até o próximo dia 20. A CPI não voltará a se reunir nem antes nem depois dessa data.

A óbvia intenção dos governistas era impedir que se aprofundasse o exame das relações entre as empresas fantasmas do esquema do contraventor e a empreiteira Delta, do notório Fernando Cavendish, que certa vez proclamou que, "se botar 30 milhões na mão de um político", seria convidado "pra coisa pra...". Acredita-se que no mínimo 13 firmas de fachada, cujos sigilos a comissão manteve providencialmente intactos, mantinham lucrativas parcerias com a construtora. "As investigações indicam que o Cachoeira é parte da organização criminosa", aponta o senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá, "e que o cabeça do esquema é a Delta." É o que parecem pensar os frustrados integran-

tes da CPI que verdadeiramente se empenharam em desemaranhar a teia de contatos do operoso bicheiro de Goiás. "Estamos jogando o lixo para debaixo do tapete, e o lixo está fedendo." resume em português claro o senador Pedro Taques, do PDT de Mato Grosso.

Para os petistas que insistiram na abertura do inquérito, só interessava levar ao pelourinho o governador goiano Marconi Perillo, do PSDB. O ex-presidente Lula nunca o perdoou por ter revelado que certa vez o advertira dos rumores sobre o suborno de deputados federais que entraria para a história como mensalão. E, de fato, o tucano e membros do seu governo mantinham relações promíscuas com o contraventor – a quem Perillo, numa operação até agora mal contada, chegou a vender uma casa. Além disso, a CPI poderia servir de contraponto ao julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal se fosse possível, e se não fosse, conseguir o seu adiamento sabe-se lá para quando. Os companheiros começaram a ficar inquietos à medida que os fatos empurravam a Delta para o proscênio. Assim como Cachoeira antes dele, Cavendish entrou mudo e saiu calado da CPI, em fins de agosto. Mas o problema continuou do mesmo tamanho.

Era imperativo, portanto, prevenir os possíveis danos para o Planalto da exposição da empreiteira recordista em contratos com o governo federal desde a ascensão de Lula e principal executora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Só no ano passado, a Delta faturou R\$ 862,4 milhões por obras em 20 Estados. A massa de irregularidades identificadas nos respectivos contratos, no valor de R\$ 632 milhões, levou a Controladoria-Geral da União a considerar a empresa "inidônea". Novos depoimentos e quebras de sigilo poderiam revelar falcatruas envolvendo autoridades. Pelo sim, pelo não, melhor não mexer no vespeiro. A operação-abafa convinha igualmente ao PMDB, que na campanha de 2010, aliás, compartilhou com o PT doações da Delta da ordem de R\$ 2,3 milhões. Afinal, como é arquissabido, o governador peemedebista do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e Cavendish são unha e carne. Em cinco anos, a Delta fechou com o Estado contratos de aproximadamente R\$

Nem o Congresso nem a Polícia Federal acharam algum indício de conduta ilícita de Cabral. Mas nada de facilitar. Em meados de maio, o deputado Cândido Vaccarezza, do PT paulista, foi flagrado numa sessão da CPI mandando pelo celular ao governador a memorável mensagem: "(...) Não se preocupe, você é nosso e nós somos teu". Na CPI deles, valeu o escrito.

A Justiça em números

levantamento estatístico das atividades do Poder Judiciário relativo ao exercício de 2011, feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revela que, apesar dos investimentos em informatização, da criação de novas varas, da contratação de mais juízes e servidores e do aumento da produtividade da magistratura, os 90 tribunais de todo o País – o STF não entra na estatística - continuam abarrotados de processos, sem conseguir superar seus gargalos estruturais.

Verifica-se pelo estudo que continua crescendo a litigiosidade da sociedade brasileira. Em 1990, foram abertos 5,1 milhões de processos na primeira instância das Justicas Federal, Trabalhista e Estaduais. Em 2000, foram mais de 12 milhões. Em 2010, 24,2 milhões. E, no ano passado, o número de novas ações superou a marca de 26 milhões. Entre 2010 e 2011, a produtividade dos juízes e dos tribunais aumentou 7,4%. "Os números são avassaladores. Os casos novos aumentam a cada ano e a Justiça não consegue reduzir o estoque de processos", diz o conselheiro Guilherme Werner.

Ao todo, tramitaram nas diferentes instâncias e braços especializados do Judiciário 90 milhões de processos novos e antigos, em 2011 – em 2010, foram 83,4 milhões de processos. No ranking dos maiores litigantes, destacaram-se, no levantamento do CNJ, o setor público federal, os bancos, as empresas de telefonia e órgãos públicos municipais e estaduais. O Instituto Nacional do Seguro Social foi o órgão público - tanto como réu quanto como autor mais envolvido nas ações judiciais de primeira instância, seguido, pela ordem, da BV Financeira, do município de Manaus, da Fazenda Nacional, do Estado do Rio Grande do Sul, de municípios do Estado de Santa Catarina, do Bradesco, da Caixa Econômica e do Banco Itaú. Isso mostra que a maioria das novas ações envolve litígios de massa, relativos a direito previdenciário e do consumidor.

Por isso, uma das soluções propostas pelo CNJ para desafogar a primeira instância das Justiças Federal e Estaduais é aumentar os investimentos em mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como os centros de conciliação e mediação. "O CNJ tem incentivado a criação de centros de mediação nos tribunais, não só para resolver de forma eficiente os processos em estoque, mas também para atuar em conflitos que ainda não chegaram ao Judiciário", afirma Werner.

Outro fator que retarda o julgamento dos processos e contribui para o congestionamento das instâncias superiores, segundo o CNJ, é o grande número de recursos previstos pela legislação processual civil e penal. No caso do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, são protocolados mensalmente 27 mil recursos. Há um mês, o presidente da Corte, ministro Felix Fischer, pediu à Câmara dos Deputados a aprovação da PEC que autoriza a Corte a implantar um mecanismo processual nos moldes do princípio da repercussão geral, que já é aplicado aos recursos enviados ao STF. Segundo esse princípio, quando essa Corte declara que um certo tema tem repercussão geral, os demais tribunais suspendem o envio de recursos semelhantes, até que o plenário julgue o caso.

Recentemente, o CNJ encaminhou ao Congresso várias sugestões para reforma do Código de Processo Civil, com o objetivo de reduzir o número de recursos e agilizar o encerramento dos processos. Em 2011, cada um dos 33 ministros do STJ julgou, em média, 6.955 ações. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), em cujo âmbito tramitaram 371 mil acões, a média foi de 6.299 processos por ministro. E, no Tribunal Superior Eleitoral, ela foi de 1.160 processos por ministro.

No plano orçamentário, as despesas do Judiciário totalizaram R\$ 50,4 bilhões em 2011 -1,5% a mais do que em 2010. Desse montante, 90% se referem a gastos com pessoal ativo e aposentado, diárias e passagens. Entre os tribunais superiores, que têm 82 magistrados e 6.458 servidores efetivos, requisitados e comissionados, o TST e o STJ gastaram 99,7% e 90% de seu orçamento, respectivamente, com recursos humanos. A Justiça, além de morosa, é cara.

Transparência tributária

ada vez que entra em um cinema, o brasileiro paga 30% de imposto ao governo - e, com o perdão do trocadilho, fica "no escuro" sobre essa incidência. No Brasil, o consumidor não sabe que tributos paga quando vai às compras ou adquire um serviço, pela simples razão de que eles não são discriminados nem na etiqueta de preço nem na nota fiscal. Para ajudar o consumidor a saber qual é a real dimensão da carga tributária do País, tramita no Congresso desde 2007 o Projeto de Lei 1.472, fruto de iniciativa popular, que torna obrigatória a discriminação do peso dos impostos sobre o valor da compra. Apesar do declarado apoio de diversos parlamentares, o projeto, já aprovado no Senado, está parado na Câmara, situação que fere direitos do consumidor previstos na Constituição - no parágrafo 5.º do artigo 150 está escrito que "a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços".

O projeto, ao qual foram apensados outros textos semelhantes, resulta de um movimento das associações comerciais de São Paulo, capitaneado pela campanha "Hora de Agir", cujo objetivo é engajar o consumidor comum na missão de pressionar o governo a reduzir a carga tributária, que supera 35% e é uma das maiores do mundo. Para isso, os idealizadores da iniciativa entendem que a transparência é essencial. A expectativa é de que, uma vez ciente do quanto paga de impostos no ato da compra, o consumidor terá ciência do peso dos tributos na formação dos preços, mesmo das compras mais simples – mais de 50% do preço de uma pilha ou da embreagem do carro, por exemplo, é formado por impostos.

Nos Estados Unidos e na União Europeia, o imposto que incide sobre os produtos e serviços é discriminado na nota de venda e nas etiquetas de preço. A diferença é que, nesses países, não há a profusão de tributos que aqui são cobrados. Na maior parte dos países incide somente um "imposto sobre o valor agregado". Parece prosaico, mas os impostos no Brasil são tantos que se discute até a viabilidade técnica de discriminá-los na nota fiscal cuia área física é, em muitos casos, pequena demais para isso. A intenção, portanto, é mostrar na nota apenas um valor aproximado dos vários impostos.

São cobrados três tipos de tributo sobre o consumo: o federal (Imposto sobre Produtos Industrializados), o estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o municipal (Imposto Sobre Serviços). Mas há tributos indiretos, como a Cofins, cobrada pela União, cuja alíquota nominal é de 7,6% sobre o faturamento das empresas. Mas o maior imposto indireto – e o maior entrave para transformar essa miríade de taxas num único tributo sobre o valor agregado – é o ICMS, cujas alíquotas variam de 17% a 30% e que está sujeito a decisões estratégicas de cada Estado para atrair investimentos. Além disso, o ICMS é também o tributo mais complexo na formação dos preços. No caso do consumo de energia elétrica, por exemplo, a alíquota nominal é de 25%, mas os Estados aplicam uma alíquota real de 33,3%. É improvável que os Estados aceitem abrir mão de seu poder de tributação e de sua autonomia como entes federativos em nome da uniformização da cobrança.

Não há, é claro, nenhum problema em arrecadar impostos pelo contrário, trata-se de dever do Estado, razão pela qual é louvável que a Receita Federal e as Secretarias Estaduais da Fazenda se esmerem em flagrar sonegadores e sofisticar a cobranca. O problema é quando a carga é sufocante, o dinheiro público é mal administrado – e tal situação só fica explícita quando há transparência tributária. "O Estado brasileiro não pode mais escamotear da população a quantia que lhe tributa cotidianamente", diz a justificativa do último requerimento para incluir o tema na pauta de votação da Câmara. Ao tomar conhecimento do quanto paga de impostos, o consumidor terá consciência de que também é contribuinte. Nessa condição, ele poderá avaliar melhor se os serviços públicos oferecidos pelo Estado têm qualidade compatível com o imenso volume de recursos arrecadados pelo Fisco.

Histórico de 'malfeitos'

Começou com Waldomiro Diniz, depois Toninho de Campinas e Celso Daniel, o dossiê do Mercadante, os dólares na cueca e agora veio a condenação do núcleo administrativo do PT pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Então, a pergunta: como fica esse

partido? Com a palavra o STF.

HÉLIO JOSÉ CURY heliocury@gmail.com

São Paulo

Hora de jogar a toalha

Perto do "barulho" que a fina-♦ flor da cúpula do PT fez, o que a militância e a Executiva do partido pretendem fazer, literalmente, nem dará para ser ouvido. E também dificilmente encontrarão momento solene para isso. É melhor guardar a barraca...

FLÁVIO CESAR PIGARI

flavio.pigari@gmail.com

A serviço da cidadania

Maravilhosa a parceria entre o Estado e a USP para a viabilização da Corrupteca. Além do evidente interesse acadêmico que o projeto comporta, dar-se-á a rara oportunidade do exercício do que poderíamos chamar de "pragmático-memorialismo", no sentido de fornecer, a legisladores engajados e agentes públicos vocacionados ao combate da improbidade administrativa, substrato fático de condutas deletérias na administração pública que se repetem sob o manto impune da desmemória, para elaboração de normas e procedimentos que venham a coibi-las, quer criminalizando-as, quer evitando a sua ocorrência pela adoção de práticas preventivas. A cidadania bra-

sileira só tem a agradecer! JOSÉ D'AMICO BAUAB, pesquisador do Centro de Memória Eleitoral do TRE-SP

josedb02@gmail.com São Paulo

"Queremos todos ouvir o que Valério tem a dizer!"

ROBERT HALLER / SÃO PAULO, SOBRE O MENSALÃO E AFINS robelisa1@terra.com.br

"Se Valério 'cantar', uns e outros desafinarão..."

A. FERNANDES / SÃO PAULO, IDEM standyball@hotmail.com

"Voltar como deputado federal só pode ser piada"

CÍCERO SONSIM / NOVA LONDRINA (PR), SOBRE O MENSALEIRO CONDENADO JOSÉ GENOINO c-sonsim@bol.com.br

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

MEC gasta R\$ 262 mi para fazer o Enem

Exame Nacional do Ensino Médio tenta se livrar dos erros que acompanham a prova desde 2009

• "Nada mais justo que o governo brasileiro gastar R\$ 45 por inscrito no Enem; isso se traduz em igualdade.' **JULIANA AZEVEDO**

• "O Ministério da Educação? Fazer um exame sem falhas gra-

ves? Isso é impossível!" **NATAN SILVA**

• "Um concurso em que 6 milhões passam por dois dias de exame precisa de muita competência para não haver falhas." **MAIKON RODRIGUES**

O ESTADO DE S. PAULO

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 -6º andar, CEP 02598-900 Fax: (11) 3856-2920 E-mail: forum@estadao.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:

falecom.estado@estadao.com Central de atendimento ao assinante Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323 Demais localidades: 0800-014-77-20 www.assinante.estadao.com.br/falecon

3855-2001 Vendas de assinaturas: Capital: 3950-9000 Demais localidades: 0800-014-9000

Vendas Corporativas: 3856-2917

Central de atendimentos às agências de publicidade:

Classificados por telefone:

3856-2531 – cia@estadao.com Preços venda avulsa: SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). **RJ, MG, PR,** SC e DF: R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT e MS:** R\$ 5.50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). AM, RR, CE, MA. PI. RN. PA. PB. AC e RO: R\$ 7,00 (se

gunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo) Preços assinaturas: De segunda a domingo SP e Grande São Paulo – R\$ 74,90/mês.

Demais localidades e condições sob consulta.